



AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN
PREGÃO Nº 13/2020
(Processo Administrativo n.º 00091.100190/2019-19)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de material permanente – linha completa de produção de circuitos impressos - para suprir as demandas da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI DADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (Unitário)
1	1	Inersora automática de componentes SMD – “Pick-and-Place” - Inersora automática de componentes SMD com as seguintes especificações: <ul style="list-style-type: none">• 4 ou mais “cabeças” para colocação de componentes (Nozzles);• Velocidade superior a 2500 componentes por hora;• 40 ou mais alimentadores de componentes (Feeder);• Deve ser possível utilizar alimentadores com largura de fita de 8mm, 12mm, 16mm e 24mm;• Possuir bandeja de circuitos integrados• Deve aceitar ao menos os seguintes componentes: 0201, BGA, SOIC, SSOP, QFN, TQFP, Diodos• Deve possuir área aplicável de ao menos 250mmx300mm• Deve possuir interface de gerenciamento• Alimentação: 220v• Deve vir acompanhada de esteira de transporte/ligação que permita integrar com o forno de refusão, de no mínimo 1 metro.	35084	Unidade	1	54.400,00
	2	Impressora de pasta de solda semiautomática - Impressora de pasta de solda semi-automática com as seguintes especificações: <ul style="list-style-type: none">• Deve permitir impressão de placas de circuito impresso de no mínimo 240mmx350mm• Deve permitir uso de placas de circuito impresso de 0.2mm a 2mm;• Precisão de impressão de erro igual ou inferior a 0.4mm;• Ajuste de mesa ± 10 mm;• Interface de usuário com display LCD;• Alimentação: 220v	49689	Unidade	1	32.650,00
	3	Forno de Refusão - Forno de refusão para placas de circuito impresso com as seguintes especificações:	17833	Unidade	1	11.500,00

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI DADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (Unitário)
		<ul style="list-style-type: none"> • Deve possuir no mínimo 5 zonas de aquecimento • Aquecimento por ar quente e infravermelho • Permitir placas de circuito impresso de au menos 300mm de largura • Permitir controle de temperatura em °C • Display LCD independente • Alimentação: 220v 				
	4	Alimentador “Feeder” 8mm - Alimentador para Inserora “Pick-and-place” para fita de componentes de 8mm Deve ser compatível com a Inserora automática fornecida no item 1	52655	Unidade	40	350,00
	5	Alimentador “Feeder” 12mm - Alimentador para Inserora “Pick-and-place” para fita de componentes de 12mm Deve ser compatível com a Inserora automática fornecida no item 1	52655	Unidade	4	445,00
	6	Alimentador “Feeder” 16mm - Alimentador para Inserora “Pick-and-place” para fita de componentes de 16mm Deve ser compatível com a Inserora automática fornecida no item 1	52655	Unidade	2	530,00
	7	Alimentador “Feeder” 24mm - Alimentador para Inserora “Pick-and-place” para fita de componentes de 24mm Deve ser compatível com a Inserora automática fornecida no item 1	52655	Unidade	2	810,00

1.3. A aquisição está organizada por grupo em virtude da necessidade de compatibilidade entre os itens, visto que os equipamentos serão usados em conjunto para montagem de uma linha de produção de PCB e não é possível garantir a compatibilidade entre diferentes fornecedores e fabricantes;

1.3.1.É permitido o fornecimento de itens de fabricantes diferentes. Contudo, a Contratada deve garantir a compatibilidade entre eles;

1.4. Todos os itens com alimentação elétrica devem ser fornecidos com tomadas no padrão estipulado pela norma NBR14136;

1.5. Caso exista alguma incompatibilidade elétrica dos equipamentos com a energia disponibilizada pela Companhia Elétrica de Brasília (CEB) que afete negativamente o funcionamento destes equipamentos, ou seja, Tensão de 220v e frequência de 60Hz, devem ser fornecidos os adaptadores e conversores necessários ao correto funcionamento do equipamento;

1.6. A licitação terá as propostas julgadas segundo o critério de menor preço do grupo, sendo o preço estimado o máximo aceitável para a contratação.

1.7. A empresa vencedora do certame, durante o processo licitatório, obrigatoriamente, deverá informar em sua proposta comercial, o fabricante (marca) e o modelo do objeto ofertado.

1.8. Os produtos fornecidos deverão estar de acordo com os aspectos ambientais de Licitações Sustentáveis e as legislações e guias correlatos (art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MP

nº 01/2010, art. 3º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2014 e Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União (CGU/AGU), no que se aplicar:

- 1.8.1. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
 - 1.8.2. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs);
 - 1.8.3. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
 - 1.8.4. A empresa deverá apresentar declaração de que se responsabilizará, sem nenhum custo para a Contratante, pela aplicação dos critérios de sustentabilidade ambiental dispostos acima, conforme a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, nos moldes do Anexo I.
- 1.9. O prazo de vigência da contratação é de **180 dias** contados do(a) **recebimento pela Contratada da notificação de formalização do empenho por parte da Administração**, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os materiais requeridos neste Termo têm o intuito de equipar os laboratórios do CEPESC com itens de desenvolvimento para projetos de equipamentos eletrônicos. Permitirá a curto prazo a execução anual das ações listadas no âmbito operacional para cumprimento do planejamento da instituição. Os materiais devem ser usados no desenvolvimento de protótipos, confecção de placas de circuito impresso e criação e aprimoramento de soluções de hardware propostas e mantidas pelo CEPESC e utilizadas por toda a ABIN

2.2. Não obstante, ressalta-se que o quantitativo proposto foi baseado na necessidade de produção da coordenação de projetos e na previsão de novas implementações da unidade, conforme PDTIC-ABIN 2019-2020, ação estratégica AETIC20: Desenvolver soluções para a segurança da informação, cibernética e comunicações.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os materiais pretendidos são considerados bens comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento e foram identificados por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do Art. 1º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002. Os bens descritos, por serem comuns, são fornecidos por diversas empresas dos ramos de eletrônicas e tecnologia, o que deve ampliar a concorrência e consequentemente, proporcionar a proposta mais vantajosa para a instituição.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. Os objetos deverão ser entregues, em remessa única, acompanhados de Nota Fiscal/Fatura, em até 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho pela fornecedora, na Divisão de Almoxarifado da Agência Brasileira de Inteligência, situada no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 01, Bloco S, Brasília – DF, CEP: 70.610-905, em dia útil, no período das 8:30h às 12 horas e das 14 às 17 horas.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.6. Os produtos devem obrigatoriamente ser novos, originais e de primeiro uso.

4.7. Caso o objeto adquirido, neste compreendido os produtos novos, originais e de primeiro uso, apresente vício que não decorra do seu normal uso, a contratada obriga-se a substituí-lo ou repará-lo às suas expensas durante o prazo de garantia.

4.8. Incumbe à contratada o ônus da prova da origem do defeito.

4.9. Não será exigido da empresa contratada a comprovação de qualificação técnica para a entrega do objeto a ser fornecido.

4.10. O prazo de garantia do objeto desta contratação deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, contado a partir do recebimento definitivo, ou então aquele concedido pelo fabricante dos produtos adquiridos, prevalecendo o maior.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e, quando houver, prazo de garantia do fabricante;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6.1.7. Responder perante a contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes da execução do objeto;

6.1.8. Arcar com todos encargos decorrentes da contratação, especialmente os referentes a tributos, taxas, fretes, seguros;

6.1.9. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefones, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

12.1.1. Por ser uma compra de materiais comuns, conforme item 3 deste TR, não há a necessidade de garantia, visto que o objeto será cumprido no momento da entrega do material.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; excessivamente

13.2.2. multa moratória de 0.2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-

aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

13.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

- 13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 14.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 117.010,00** (cento e dezessete mil e dez reais), obtido com base em pesquisas realizadas no endereço eletrônico do Painel de Preços (<http://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>), conforme Art. 2º da Instrução Normativa nº 5 SLTI/MPOG, de 27 de junho de 2014, alterada pela IN 3, de 20 de abril de 2017 e com empresas especializadas do setor.

GRUPO	ITEM	Produto	QTD	Preço Unitário (R\$)	Preço Total Estimado (R\$)
1	1	Insertora automática de componentes SMD – “Pick-and-Place”	1	54.400,00	54.400,00
	2	Impressora de pasta de solda	1	32.650,00	32.650,00
	3	Forno de Refusão	1	11.500,00	11.500,00
	4	Alimentador (Feeder) 8mm	40	350,00	14.000,00
	5	Alimentador (Feeder) 12mm	4	445,00	1.780,00
	6	Alimentador (Feeder) 16mm	2	530,00	1.060,00
	7	Alimentador (Feeder) 24mm	2	810,00	1.620,00
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)					117.010,00

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- 15.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, serão detalhadas no Edital.

Brasília, 23 de dezembro de 2019.



AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN

ANEXO I
MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº ____/____, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 20____.

Nome:

RG/CPF:

Cargo: